

João Pedro Gouvêa Vieira \*

Quando aluno do Colégio Santo Inácio, aprendi, pelo catecismo, que há atos tão graves que clamam aos céus e pedem a Deus vingança. São todos aqueles praticados pelos fortes e poderosos contra os fracos indefesos.

É impossível deixar de considerar, entre eles, a inflação desmesurada do tempo do presidente Sarney, notadamente, a maneira como foi administrada.

Como é sabido, 70% da remuneração daqueles que ganham até dois salários mínimos são gastos com a alimentação.

Uma inflação próxima a 90% ao mês, como a que existiu no fim do governo anterior, reduzia, portanto, diariamente, em 3% a quantidade de comida consumida pela massa trabalhadora para poder sobreviver e, mesmo assim, muito mal.

O déficit público — responsável principalmente pela situação econômica calamitosa em que vivíamos — era alimentado — em grande parte — pelos juros astronômicos pagos pelo governo para atrair, em aplicações financeiras, o dinheiro disponível no mercado, através do *open market*, do *overnight*, dos CDBs e das contas diariamente renuneradas. Todos eles lastreados por títulos emitidos pelo governo federal.

A falta de confiança no governo Sarney era tão grande que ele chegou a pagar o rendimento real de 60% ao ano para poder conseguir colocar no mercado os títulos da sua emissão. Eravam juros, em torno de 5% ao mês, além da correção monetária.

Esta política econômica adoidada permitiu que aqueles que dispunham de dinheiro se colocassem ao abrigo da perda do poder aquisitivo da moeda e, mesmo, que se beneficiassem, enormemente, com a inflação.

No entanto, todos aqueles que, pelos seus poucos salários ou pequenos rendimentos, não podiam ter acesso à ciranda financeira, sofriam, duplamente. Primeiro, pelos efeitos da própria inflação desvairada, que tudo corroia. Segundo, pelos juros pagos pelo Tesouro Nacional, que recaiam, na verdade, exclusivamente sobre aqueles que não podiam se beneficiar dos rendimentos das aplicações financeiras.

Em resumo: os ricos e os menos pobres se defendiam da inflação, e muitos deles ganhavam com ela. Aqueles que viviam na penúria eram os únicos que suportavam, plenamente, os seus efeitos negativos.

Os fatos demonstraram, sobejamente, o que acabamos de dizer. Como se verifica do último relatório anual do Banco Mundial, apresentado na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, no mês de agosto passado, o percentual da população pobre no Brasil, isto é, daquela que ganha, apenas, 370 dólares por ano, ou seja, um único dólar por dia, aumentou de 16,1% em 1986 para 23,3% em 1987, transformando o Brasil no terceiro país no mundo onde existe maior pobreza. Era superado, apenas, por Honduras e Serra Leoa.

O mencionado relatório aponta duas causas desta lamentável situação: o déficit público, que impedia que a inflação fosse debelada, e os vultosos empréstimos internos do setor público, que permitiam a especulação financeira.

O relatório do Banco Mundial só aprecia a situação brasileira até 1987, deixando, portanto, de avaliar as transformações ocorridas durante os dois últimos anos do governo Sarney, ou, mais precisamente, dos anos de 1988 e 1989.

A inflação, em nosso país, no ano de 1987, medida pela Fundação Getúlio Vargas, foi de 407,19% em 12 meses. No ano de 1988, pulou para 1.050%, e em 1989, para 1.748,79%. No último trimestre do governo Sarney, a inflação anual, isto é, a de março de 1989 a março de 1990, passou a 4.651,8%.

O valor do dólar no mercado oficial e no paralelo, em dezembro de 1987, era, respectivamente, de 71,71 e 93,50 cruzados *velhos*, ou seja, 0,7171 e 0,9350 cruzados *novos*, pois o valor do cruzado *velho* foi desvalorizado quando da criação do cruzado *novo*.

Em março de 1990, o valor do dólar no mercado oficial era de 42,50 cruzados *novos*, e no paralelo, de 65,00.

Esta aceleração vertiginosa da deterioração da nossa economia ocorrida nos últimos dois anos do governo Sarney e as suas consequências não chegaram a ser apreciadas pelo citado Relatório do Banco Mundial. Se o tivesse sido, é evidente que teria constatado a triste e vergonhosa realidade: o Brasil havia-se transformado no país onde existe a maior pobreza, em todo o mundo, pior mesmo do que as mais paupérrimas nações africanas e asiáticas.

Foi esta a herança — uma verdadeira bomba atômica — que o governo anterior deixou para o atual.

Outrossim, o governo de então apoderou-se de todo o dinheiro arrecadado, através da chamada ciranda financeira, e o gastou com a maior liberalidade.

Foi com este dinheiro, retirado da poupança privada, que o governo Sarney cobriu uma parte substancial do déficit do Tesouro, que aumentava constantemente.

Na realidade, o governo Collor, ou seja, o presidente Collor, confiscou ou se apoderou da poupança popular.

Ele não o fez, e não o poderia ter feito, ainda que o desejasse, pela simples razão que esta poupança não mais subsistia. Ela havia sido gasta, até o último centavo, pelo governo Sarney.

Todo o dinheiro aplicado, direta ou indiretamente, em títulos do governo, havia sido transformado em contas gráficas, mais precisamente, em créditos contra o governo federal.

Quando Fernando Collor assumiu a presidência da República, a dívida do governo, representada por títulos da sua emissão, montava a 70 bilhões de dólares.

O novo presidente da República tinha três possíveis soluções para resolver esta situação calamitosa.

A primeira — e a mais agradável para os aplicadores, pelo menos a curto prazo — seria continuar a rotular a dívida, emitindo outros títulos em substituição aos que se iam vencendo.

O custo do rolamento desta dívida de 70 bilhões de dólares seria elevadíssimo. Consequentemente, a inflação monetária continuaria a se agravar, até que uma explosão social — que, aliás, se aproximava rapidamente — desse fim ao regime democrático em que já vivíamos.

O rolamento da dívida, praticado até 15 de março de 1990, já custava ao Tesouro Nacional 60% por ano, mais a correção monetária. Em outras palavras, a 4 bilhões 200 milhões de dólares por ano, ou seja,

exatamente, o que o Brasil deveria gastar a mais por ano na compra do petróleo, que tem de importar, se fosse mantido o custo de 40 dólares o barril, preço alcançado no mercado internacional, depois da invasão do Kuwait pelo Iraque.

A segunda solução seria pagar a dívida. Não havendo dinheiro — como não existia — esta solução obrigaria o governo a emitir papel-moeda em cruzeiros, no valor da dívida: 70 bilhões de dólares.

Esta emissão levaria a inflação às nuvens, transformando o nosso dinheiro em "monnaie de singe", isto é, sem valor algum, ou, mais precisamente, sem poder de compra de qualquer bem ou serviço.

O pagamento da dívida seria, na verdade, puramente simbólico. O dinheiro recebido perdendo, de imediato, qualquer valor econômico.

A terceira solução seria o reconhecimento da realidade pura e simples: o estado de insolvência, em que se encontrava o país, impondo a necessidade de uma concordata.

Foi precisamente isto que fez o presidente Collor no primeiro dia do seu mandato, como faria qualquer administrador de empresa em situação semelhante.

Dizer que, com esta medida, ele confiscou ou se apropriou da poupança popular é o mesmo que afirmar que o comissário nomeado pelo juiz foi o responsável pelo não pagamento das dívidas da empresa em concordata.

O atual governo tomou todas as medidas, ao seu alcance, para eliminar as duas causas principais — senão únicas — da inflação: o déficit público e o excesso de liquidez dos meios de pagamento. Até agora, porém, não conseguiu eliminar, nem reduzir a uma altura aceitável, o aumento do custo de vida. Diminui-lo de perto de 90% ao mês para 10% ou 13%, sem congelamento dos preços, é um êxito colossal.

Contudo uma inflação entre 10% e 13% ao mês representa um aumento de preço entre 214% e 333%, ao ano; majoração impossível de ser suportada.

Os fatos estão mostrando que o governo, isoladamente, não tem possibilidade de debelar a inflação. Ela só desaparecerá se houver uma ação harmoniosa entre governo e as entidades representativas do empresariado e dos empregados.

O governo: terminando com o déficit público e enxugando os meios de pagamento, em poder do público, como ele vem fazendo.

Os empresários: com a compreensão de que a atual conjuntura impõe sacrifícios.

Os empregados: reconhecendo que só com o término da inflação é possível se obter a estabilidade nos preços; e consequentemente a valorização do seu trabalho com pagamento de salários reais, que não sejam corroidos, continuamente, pelo aumento de preços.

O entendimento nacional para terminar com a inflação é um ato necessário para salvar o Brasil do caos.

É evidente que o lucro deve existir. É a sua capitalização que permite o desenvolvimento e mesmo a sobrevivência da empresa.

O próprio Samuel Gompers, grande líder do sindicalismo americano, reconheceu que o pior crime contrá a classe trabalhadora é uma empresa que não dá lucro.

No entanto, deve ser bem compreendido que o Brasil não está vivendo em tempos normais com um futuro tranquilo.

No último semestre de 1989, todos os economistas, bem como os cientistas políticos e os sociólogos, afirmavam em entrevistas à imprensa e em conferências que, se a inflação não fosse debelada, no máximo dentro dos primeiros seis meses do novo governo, tudo seria levado de roldão.

Nesta época, diversos empresários declararam aos jornais o mesmo receio, que era agravado pelo medo de ser levado à presidência da República o candidato do PT.

O temor era tanto que eles aceitaram não ter lucro, ou mesmo ter prejuízo, durante um curto período de um ou dois anos, a fim de não perderem as suas empresas, na voragem inflacionária, com a consequente subversão da ordem jurídica e social.

A inflação está muito reduzida, mas ainda é enorme: 330% ao ano!

A possibilidade de ela se agravar é muito grande. O perigo de uma explosão social não está até agora afastado.

Esta possibilidade pode ser transformada em realidade, se as empresas continuarem indexando os seus preços, como estão fazendo neste momento, quer para cobrir despesas não obrigatórias, quer para continuar a manter seus lucros a níveis inaceitáveis, em face das dificuldades que o Brasil enfrenta, neste momento.

As empresas, não mudando de rumo, tornarão impossível a redução da inflação e inútil todo o esforço que está sendo feito com esta finalidade.

Por sua parte, os empregados devem ler e meditar sobre o trabalho do Dieese, mencionado no Jornal do Brasil, de 19 de agosto do corrente ano, que prova ser a inflação, de longe, o maior inimigo dos assalariados.

Entre 1972 e 1973, com uma inflação de 29,15% ao ano, o reajuste anual importou em uma perda de 1,6 salário.

Nos anos de 1979 e 1980, a alta do custo da vida foi de 89,36% e a perda foi para dois salários.

Nos anos de 1981 a 1985, a inflação subiu para 228,65% e a perda saltou para 2,9 salários.

De 1988 a 1989, com reposição mensal dos salários, ou seja, com a indexação mensal dos mesmos, a perda aumentou para 7,6 salários.

Portanto, insistir em recuperar as perdas dos salários em uma economia inflacionária, na expectativa de obter salários reais estáveis, é uma utopia e obter salários reais custará muito caro a todos os trabalhadores.

É necessário ser compreendido que, sem um pacto social, sem um acordo entre as empresas e os trabalhadores, não será jamais obtida a estabilidade nos preços. Sem esta estabilidade a nossa economia não poderá progredir, permitindo lucros e salários reais.

O acordo não sendo conseguido, a inflação irá aumentando gradualmente; o arrocho na liquidez dos bancos irá subindo, assim como as taxas de juros; os lucros operacionais desaparecerão e os salários irão minguando; até que ocorra a explosão social visivelmente desejada pelos extremistas, tanto os da direita quanto os da esquerda.

\* Advogado e empresário